

Greve da APEOESP: breves lições

Muitos companheiros professores, combativos e de luta, saíram da greve da categoria no Estado de São Paulo com um sentimento de derrota por não terem conseguido vitórias em sua campanha salarial. Neste pequeno artigo expressamos de maneira concentrada as razões que levaram a essa derrota.

A diretoria da APEOESP, por defender uma linha política de aliança de classes que se expressa dentro do PT e da CUT, por meio de suas direções majoritárias, conduziu a greve de forma a obter cacife eleitoral para a campanha de 2014 e certamente não poderia ir até o fim na luta pelas reivindicações contra o governo Alckmin que tem como vice-governador Afif Domingos do PSD que é também Ministro do governo Dilma.

Sob pressão da base a direção da APEOESP, que foi obrigada a ir até certo ponto na greve, manobrou até o fim para esgotar o movimento e evitando dar-lhe forma e organização democrática desde a base. A diretoria tem maioria esmagadora no Conselho e se recusou a organizar



Passeata dos professores na Av. Paulista

um Comando de Greve eleito por Assembleias Regionais e de base. Concentrou a direção do movimento exclusivamente em suas mãos e jamais buscou uma linha de unidade com a greve nacional do magistério, que conduzida pela direção da CNTE com o concurso da direção da APEOESP, terminou em um fracasso nacional.

Por outro lado, as autodenominadas oposições à direção da APEOESP, usando de um radicalismo verbal, com gritaria típica das várias facções esquerdistas, apenas estabeleceram uma linha de provocações e choques gratuitos com a direção do sindicato, e junto com

ela se assustaram diante da perspectiva de unidade com a greve dos professores municipais e com a combatividade da categoria.

No dia 10 de maio quando a diretoria da APEOESP colocou na Assembleia a proposta de continuar ou não a greve, a decisão de acabar com ela já havia sido tomada antes, na reunião dos Conselheiros. Isso fez com que uma ampla parcela de professores se abstinisse diante da comédia e da farsa montada. A oposição, entrando no jogo, partiu para as provocações eivadas de radicalismos verbais. Vieram então os ataques da polícia e depois da imprensa burguesa.

Os professores da Esquerda Marxista continuam firmes na defesa da independência política e organizativa dos trabalhadores, continuam exigindo que o PT rompa com a política de colaboração de classes, e estão convictos de que uma saída frutífera para a categoria só poderá frutificar se desvinculada da atual direção e dos sectários oposicionistas. Venha se juntar a nós nesta batalha.

Quem somos

A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo no Brasil e no mundo. Como seção brasileira da CMI (Corrente Marxista Internacional), organização revolucionária presente em 40 países, buscamos ajudar os trabalhadores e jovens, a se organizarem na luta por sua emancipação.

No Brasil, somos uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores, e combatendo as alianças que a atual direção do PT faz com partidos burgueses, historicamente inimigos dos trabalhadores, lutamos por um governo do PT apoiado na CUT, nos sindicatos, no MST e na UNE, que faça a reforma agrária, eleve o salário mínimo ao piso calculado pelo DIEE-

SE, reestatize todo o patrimônio público e serviços públicos que foram privatizados, rompa o pagamento da dívida pública, garanta uma previdência pública e solidária para todos, dê educação pública e gratuita para todos em todos os níveis, etc.

Nada temos a ver com os oportunistas que praticam a colaboração com os patrões e nem com os esquerdistas que, ao se autoproclamarem únicos detentores da razão, dividem as organizações dos trabalhadores, criando partidos e centrais sindicais paralelas. Lutamos pela unidade da classe trabalhadora e em cada luta defendemos sempre os interesses dos trabalhadores em seu conjunto.

Na CUT, lutamos contra o tripartismo (Conselhos compostos por patrões, governo e trabalhadores), contra o Imposto Sindical e a Taxa Negocial.

Ajudamos a fundar e impulsionar o Movimento das Fábricas Ocupadas e hoje seguimos a luta pela estatização da Flakô sob controle operário.

Defendemos a revolução venezuelana com a campanha "Tirem as mãos da Venezuela".

Junte-se a nós para construir um mundo onde não haja mais exploração do homem pelo homem. Um mundo socialista onde possamos viver um período de verdadeira evolução da humanidade!

Comitê Central da Esquerda Marxista.

Foice & Martelo



Boletim semanal da Esquerda Marxista - seção brasileira da Corrente Marxista Internacional. Número 06 - 29 de Maio de 2013 - Preço R\$ 1,00

Lutar pela educação pública e gratuita para todos



Manifestação da UNE em Brasília

Os Marxistas vão ao Congresso da UNE com a bandeira de "Vagas para todos"

A União Nacional dos Estudantes realiza seu 53º Congresso Nacional em Goiânia entre os dias 28 de maio e 2 de junho

Em 1979, quando a UNE foi reconstruída após o período de clandestinidade imposto pela Ditadura Militar, a luta por educação pública e gratuita para todos foi inscrita na Carta de Princípios da entidade. Entretanto, já há quase 20 anos, as sucessivas direções eleitas da UNE vêm abandonando essa bandeira e substituindo-a por

outras que aparentam ser "paliativos", mas que na verdade buscam desviar a genuína luta dos estudantes.

No fim dos anos 80 a UNE defendia claramente o fim do ensino superior pago. Nos anos 90, a UNE parou de reivindicar vagas para todos nas universidades públicas e começou a levantar a bandeira da "regulamen-

tação do ensino pago". Como pode ter mudado tão drasticamente? Quais interesses estão por trás disso? Desde o início dos anos 90, a UNE vem sendo dirigida majoritariamente pela UJS (União da Juventude Socialista), que nada mais é do que o "braço jovem" do PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

Acontece que, após a queda do muro de Berlim (1989) e a restauração capitalista na União Soviética (1991), várias organizações que se reivindicavam "socialistas" tiraram a equivocada conclusão de que o "Comunismo" havia perdido a batalha e passaram a defender o capitalismo como único sistema viável no nosso período histórico. Portanto, ao invés de lutar pela ampliação de direitos que colocariam em questão a propriedade privada dos meios de produção, passaram a propor medidas que não mudam a estrutura do sistema, mas que permitiriam algumas aparentes melhorias para a classe trabalhadora e a juventude. Com isso, passaram a ignorar a própria luta de classes e fazer o jogo dos capitalistas. O PCdoB é o exemplo clássico dessa política, que também é levada a cabo pela direção do PT.

Por isso que param de defender "Fim do Ensino Pago" e passam a defender "Regulamentação do Ensino Pago", ou seja, aceitam que não há vagas para todos nas universidades públicas, que pode haver universidades pagas, desde que sejam "regulamentadas". Mas mesmo essa regulamentação não é traduzida em questões concretas que poderiam colocar os estudantes em movimento. Com isso, paralisam a UNE como entidade nacional de luta dos estudantes, tanto é que desde o "FORA COLLOR" (1992) nunca mais a UNE mobilizou os estudantes nacionalmente.

É essa política que vai levar a UNE a defender o FIES, o PROUNI e a política de cotas, no lugar de defender "Ensino público e gratuito: Vagas para todos". Sob o falso argumento de que não é possível que o Estado brasileiro garanta vagas para todos, aceitam que essa demanda seja suprida por universidades privadas, inclusive subsidiadas por dinheiro público (como no FIES ou PROUNI), em vez de exigir que o dinheiro público seja investido na abertura de mais vagas nas universidades públicas. Assim

passam a aceitar também que a maioria esmagadora da juventude pobre deste país (majoritariamente negra) continue sem a menor perspectiva de acesso ao ensino superior em troca de garantir que um pequeno punhado de estudantes autodeclarados "negros" ingresse na universidade pública através de cotas raciais ou nas universidades pagas através do PROUNI.

Quando dizemos "um pequeno punhado" não estamos exagerando. Para se ter uma ideia, em 2012 foram 5 milhões e 700 mil jovens que se inscreveram no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), com a esperança de conseguir uma vaga numa Universidade Pública. Mas, o Estado brasileiro ofereceu apenas 100 mil vagas nas Universidades Federais e mais 250 mil bolsas do PROUNI, pagas pelo Governo, com dinheiro público, nas universidades privadas. Isso significa que dos 5,7 milhões de jovens que prestaram o ENEM, apenas 350 mil conseguiram ingressar no Ensino Superior "gratuitamente", enquanto que os outros 5,4 milhões terão que pagar mensalidade de alguma universidade paga ou ficarão sem estudar. Isso sem falar nos outros milhões de jovens que sequer se inscreveram no ENEM, pois não acreditam que possam ter alguma chance e nem tentam. São esses milhões que jamais serão contemplados com políticas como as do FIES, PROUNI, Cotas, etc.

Mas é possível educação pública e gratuita para todos em todos os níveis, com qualidade superior à das melhores instituições privadas do país e do mundo. E é possível já! E não estamos falando do Socialismo. A Venezuela, por exemplo, mostrou que, somente por ter iniciado um processo revolucionário, ainda inacabado, com a maior parte da economia ainda sob controle privado, foi possível erradicar o analfabetismo e garantir o acesso ao ensino superior público e gratuito para todos.

No Brasil, foi aprovado para 2013

um orçamento de R\$ 2,2 trilhões, sendo que destes, R\$ 900 bilhões devem ser destinados ao pagamento de juros da dívida pública. Enquanto isso, apenas 73 bilhões estão previstos para a educação. Isso mostra a prioridade dos deputados, senadores e do Governo Federal em relação à educação.

O povo trabalhador brasileiro, juntamente com a juventude, elegeu sucessivamente um Governo do PT justamente para mudar isso. É preciso compromisso político com o povo trabalhador para estancar a pilhagem da nação e destinar os recursos arrecadados para educação, saúde, habitação, cultura, etc.

No CONEB da UNE, realizado em Recife no início deste ano, apresentamos essa proposta. Mas não foi só a atual direção da UNE que se negou a retomar a bandeira de "Vagas para todos nas Universidades Públicas". Os que se dizem "de oposição", "de esquerda", "vermelhos", etc., também se negaram e cada um deles apoia uma política "paliativa" diferente, complementando a política da atual direção da UNE, ao invés de combatê-la.

É preciso que a UNE reassuma os princípios decididos no Congresso de Reconstrução de 1979. É preciso que a UNE coloque toda a sua estrutura para fomentar a discussão entre os estudantes do Brasil inteiro e colocá-los nas ruas, exigindo que o Governo Federal rompa com o pagamento da Dívida Pública e garanta educação pública e gratuita para todos! Este é o papel histórico da UNE agora!

Sabemos que o Governo eleito é um governo de coalizão entre o Partido dos Trabalhadores e uma série de partidos capitalistas. Sabemos que para que o Governo do PT rompa o curso atual e passe a governar para os trabalhadores implicará numa ruptura dessas alianças com partidos como PMDB, PP, PR, etc. É nós, marxistas, lutamos por isso inclusive dentro do PT.

Crescem as greves também no Brasil

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgou na semana passada alguns dados interessantes sobre as greves no ano de 2012:

O Brasil teve o maior número de greves dos últimos 16 anos. Foram registradas 873 greves, um aumento de 58% em relação a 2011. No total foram 87 mil horas de paralisação do trabalho, o maior tempo desde 1990. No setor privado, 85% das mobilizações tiveram suas reivindicações parcialmente ou totalmente atendidas (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>).

Esses números confirmam a resolução da Conferência Nacional da Esquerda Marxista (março/2013). Nesse documento dizíamos que a classe trabalhadora brasileira se sente "forte e capaz de lutar e conquistar" e que "a prova são os Acordos Coletivos de 2012, cuja enorme maioria terminou por conquistar ganhos reais, acima da inflação, além de outras conquistas".

A crise econômica se aproxima, mas ainda não chegou com toda a sua

força no Brasil. Os trabalhadores veem os lucros dos capitalistas só aumentando, em boa parte graças às bondades do governo Dilma de colaboração de classes. E do outro lado a exploração cresce. A sábia conclusão que chegam muitos trabalhadores é que se tudo está tão bem para os patrões, alguma coisa precisa ser feita para conquistarmos uma fatia desse "bolo", afinal, o que tem sobrado são as migalhas. Por isso, a maior parte das greves teve como motivo principal o reajuste salarial.

Devemos considerar também que em 2012 a taxa de desemprego ficou em 5,5% (o menor índice anual da série histórica iniciada em 2002). Uma visão superficial concluiria que por conta disso as mobilizações diminuiriam. Mas é preciso observar que esta situação proporciona uma sensação de maior segurança para as lutas contra os patrões, já que em uma eventual demissão em uma empresa, outros empregos estariam disponíveis no mercado de trabalho.

O fundamental que devemos ana-

lisar nesses dados apresentados pelo DIEESE é que os trabalhadores no Brasil não se sentem derrotados, nem desanimados. Existe sim grande disposição de luta nas bases e as conquistas poderiam ser muito maiores se as direções trabalhassem para mobilizar, unificar e politizar esses combates. Só que ao contrário, eles se limitam às reuniões fechadas com governos e patrões na busca dos "interesses comuns". Temem a mobilização e estão mais preocupados com a manutenção do controle sobre o aparelho burocrático.

A história e a classe trabalhadora reservam uma dura lição para estes que abandonaram os princípios e as lutas. Já ocorrem movimentações em bases de sindicatos, divisões e fortalecimento de oposições. O aprofundamento da crise deve ampliar a polarização entre as classes sociais. A disposição de luta das massas certamente vai aparecer com mais força e, assim como na Europa, a mobilização vai ser imposta de baixo para cima. Aqueles que tentarem segurar essa onda serão atropelados pela correnteza.

Brasil: um país de pobres e miseráveis

O governo Dilma Rousseff tem feito intensa propaganda de que a renda da população pobre melhorou e que muitos brasileiros saíram do nível de miséria. Agora veio a público dados do IDF (Índice de Desenvolvimento da Família) que demonstram, uma vez mais, que os níveis de acesso ao emprego e à educação desta parcela da população continuam miseráveis. Na verdade o governo vinha medindo o nível de miserabilidade apenas a partir da medíocre e miserável renda de R\$ 70,00 per capita que na realidade não retirou ninguém da miséria.

O governo para maquiar os dados e fazer sua propaganda instituiu que quem ganha acima de R\$ 70,00 per capita não estaria mais na linha da miséria. Ou seja, uma família com 4 pessoas ao receber R\$ 280,00 reais, para o governo, estaria acima da linha da miséria. Só na cabeça de um maluco isso seria verdade.

Com a aplicação dos critérios do IDF a condição social não é mais de-

finida pela renda enganosa que o governo padronizou em R\$ 70,00 por pessoa para qualificar o nível de vida como pobre. Entram nos critérios outros dados: vulnerabilidade da família, renda, desenvolvimento infantil, condições habitacionais, acesso ao trabalho e ao conhecimento.

Enrolação para cá e para lá, os burocratas definiram que abaixo da nota de 0,61 (o índice do IDF varia da nota zero a 1) seria miséria e acima de 0,61 seria pobreza. Aí encaixaram os que têm R\$ 70,00 de renda na nota 0,63, apenas 0,2 pontos acima da miséria, estando na linha de pobreza. E soltaram foguetes!

Traduzindo isso em miúdos: o governo que fazer crer que 61% da população pobre tem acesso a seus direitos fundamentais e 39% não tem esse direito. Ou seja, quer fazer crer que 61% dos que ganham R\$ 70,00 por mês não têm sua família em situação vulnerável, que têm uma renda suficiente para viver como pobre, que a família

teria garantido nível de desenvolvimento infantil pobre, teria adquirido um direito à moradia de pobre, teria garantido um emprego com rendimento de pobre, e acesso à educação de pobre. Logo milhões teriam saltado da miséria para a pobreza. Segundo o governo os miseráveis viraram pobres e alguns dizem até que os operários viraram pequena burguesia.

Em São Paulo o valor da cesta básica é de R\$ 344,30. Para uma família com renda de R\$ 280,00, que segundo o governo não seria mais miserável, faltam R\$ 61,30 para que possa minimamente ser alimentada com comida de pobre. Com essa renda a família certamente passará fome absoluta pelo menos uma semana em cada mês. Para o governo, essa família deixou de ser miserável e é agora apenas pobre.

Como pode ser pobre ganhando 10 vezes a menos do que deveria ser o salário mínimo de R\$ 2892,47 calculado pelo DIEESE? Isso é pura miséria, nada a comemorar.

Expediente: Boletim Foice & Martelo - Órgão da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (www.marxist.com). **Diretor responsável:** Serge Goulart. **Editor responsável:** Wanderci Bueno.

Sede Nacional: Rua Tabatinguera, 318 - Sé - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01020-000
e-mail: contato@marxismo.org.br - Telefone: (11) 3101 8810.